



LAURA ARAUJO PAES

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ESPORTE NO
BRASIL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA**

**LAVRAS- MG
2021**

LAURA ARAUJO PAES

**POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ESPORTE NO BRASIL: UMA
ANÁLISE EXPLORATÓRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte
das exigências do Curso de Administração
Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Renato Silvério Campos
Orientador

**LAVRAS- MG
2021**

RESUMO

Desde a Constituição de 1988, o esporte se tornou um direito social, onde o Estado deve ser responsável por implementar políticas públicas que facilitem o acesso às práticas desportivas pela população. Mesmo sendo um direito constitucional, os governos brasileiros têm se preocupado prioritariamente com a formação de atletas de alto rendimento para eventos poliesportivos de alcance mundial. Com esse retrato da política esportiva, o presente trabalho buscou refletir sobre a historicidade do esporte brasileiro no contexto político e analisou as principais políticas públicas implementadas, atualmente, bem como suas contribuições sociais. Nesta pesquisa quali-quantitativa, desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico, e coleta de dados secundários sobre as políticas esportivas implementadas no país, sustentada ainda por trabalhos de autores que se debruçaram sobre a história da política esportiva, concluiu-se que o esporte brasileiro, quando não estava em segundo plano, estava sendo utilizado apenas para a construção do esporte de alto rendimento, cujo objetivo era estimular uma potência esportiva para garantir o pódio em megaeventos, com o apoio do Estado e de setores privados.

Palavras-chave: Esporte. Brasil. Políticas públicas.

ABSTRACT

Since the 1988 Constitution, the sport has become a social right, where the state must be responsible for implementing public policies that give access to sports practices to the population. Even though it's a constitutional right, Brazilian governments have been more concerned with training high-performance athletes for worldwide multi-sport events. With this frame of sports policy, the present work sought to reflect on the historicity of Brazilian sport in the political context and analyzed the main public policies currently implemented and their social contributions. In this qualitative-quantitative research, developed from a bibliographic survey, and collection of secondary data on sports policies implemented in the country, supported by works by authors who focused on the history of sports policy, it was concluded that Brazilian sport, when it was not in the background, was being used only for the construction of high-performance sports, whose goal was to stimulate a sports power to secure the podium in mega-events, with the support of the state and private sectors.

Keywords: Sports. Brazil. Public Policy.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
1.1. PROBLEMA DE PESQUISA:	7
1.2. OBJETIVO GERAL:	7
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO:	8
2.1. ESPORTE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	8
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE.....	9
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	10
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	11
4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: O CASO BRASILEIRO.....	11
4.2. BALANÇO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS DO BRASIL ATUAL:.....	13
4.2.1. Lei de Incentivo ao Esporte.....	13
4.2.2. Programa Bolsa Atleta	14
4.2.3. Programa Segundo Tempo	16
4.2.4. Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).....	17
4.2.5. Programa Seleções do Futuro.....	17
5. CONCLUSÃO.....	18
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	19

1. INTRODUÇÃO

Atualmente a indústria do esporte vem crescendo de forma volumosa no mundo todo, gerando benefícios tanto para a indústria privada quanto para a máquina pública. Desta forma a base de tudo se inicia na formação de atletas. Para que isso aconteça, o governo precisa criar políticas públicas para que toda a população tenha oportunidade de incluir-se no âmbito esportivo, sendo necessário que se faça um estudo sobre esse tema, pois muitas vezes, o esporte é deixado de lado, tanto pela população que não tem ciência das políticas públicas que o Estado fornece, quanto pelos governantes que não dão a devida atenção para essa esfera da sociedade, que possui a capacidade de resolver muitos gargalos a longo prazo. Dessa forma, o presente trabalho busca refletir sobre a história da política esportiva brasileira e destacar os principais programas em execução no país, demonstrando seus principais resultados para a sociedade.

Podem-se citar como exemplo, algumas políticas públicas que foram criadas e voltadas para grandes centros populacionais que se encontram em situação de risco social, no intuito de formar atletas para competições de grande porte, como Copa do mundo, olimpíadas e Pan-Americano. São elas, Programa Segundo Tempo (PST), Programa Segundo Tempo no Mais Educação, Programa Recreio nas Férias, Projetos Esportivos Sociais e Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Tais programas, fazem parte da realidade de grandes municípios, e são administrados pela Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Inclusão social.

O esporte é capaz de englobar o âmbito econômico, social, cultural e de lazer de uma sociedade. Isto é, além de gerar entretenimento, também promove a educação, gera empregos e move estruturas sociais. Nesse sentido, é de suma importância que um país invista no esporte, visto que ele é capaz de promover o desenvolvimento social de uma nação, reduzindo as taxas de criminalidade, trabalho infantil, prostituição e tráfico. Ademais, na esfera econômica, o esporte é apto a gerar um elevado número de empregos nas regiões locais. Assim, o investimento em práticas desportivas, diretamente, emprega atletas e, indiretamente, gera serviços em hotéis, estádios, bares, taxistas, entre vários outros, sobretudo em épocas de grandes competições como Copa do Mundo, Olimpíadas e até mesmo em eventos menores. Contudo, esses são apenas alguns exemplos pelos quais um país pode se desenvolver através do esporte – socialmente, culturalmente, economicamente, e para isso, é necessário que os governos ofereçam políticas públicas para este setor, de modo que o esporte seja introduzido na vida de todos os cidadãos desde a infância, com o objetivo de criar uma cultura esportiva no país.

Dessa forma, o poder público se torna importante fomentador do esporte, através de políticas públicas que facilitem o acesso da população às práticas e atividades desportivas, e

garanta a infraestrutura jurídica para a implantação de organizações esportivas, estimulando o desenvolvimento social através de esportes recreativos e educacionais; e econômico no país, através do esporte de alto rendimento e sua interrelação com o turismo, a partir de eventos esportivos.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA:

Em conformidade com as explicações anteriores, o artigo buscará responder: quais políticas públicas de incentivo ao esporte têm sido implementadas no Brasil, quais são seus objetivos e importância para a sociedade?

1.2. OBJETIVO GERAL:

O objetivo geral da pesquisa é fazer uma análise a respeito das políticas públicas que o governo propõe no país, com a finalidade de evoluir o âmbito esportivo no Brasil, juntamente com os resultados alcançados por essas políticas. Deste modo, o presente artigo mostrará as principais políticas públicas implementadas, que ainda estão em andamento, e os desdobramentos da política esportiva brasileira.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- I) Descrever a história das políticas públicas de esporte implementadas no Brasil;
- II) Analisar os objetivos das políticas públicas de esporte implementadas no Brasil;
- III) Verificar a importância e consequências dessas políticas para a sociedade;

Para consolidar os objetivos propostos, o presente trabalho foi dividido entre seções, sendo:

1. Esta introdução, que busca conceituar o tema sobre políticas esportivas e explicar os objetivos desta pesquisa;
2. Referencial teórico: busca explicar o esporte como desenvolvimento social e o esporte como política pública, objetos de estudo desta pesquisa;
3. Metodologia: trata-se dos métodos utilizados para construir este trabalho e de como foi feita a pesquisa e coleta de informações;
4. Resultados e Discussões: essa seção demonstra os resultados obtidos a partir da coleta de dados, e o que se pôde aferir sobre eles;
5. Conclusão: a última seção sintetiza todo o trabalho e apresenta os desafios enfrentados para construí-lo, e sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO:

2.1. ESPORTE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Da mesma forma que o desenvolvimento corporal é de suma importância para uma criança, a evolução mental e social, também, é necessária. A prática regular de um esporte, principalmente o coletivo, não somente auxilia no desenvolvimento social, como a prepara para o futuro da criança. Ao remetê-la aos valores do esporte, como, trabalho em equipe, aprender a lidar com perdas e ganhos, disciplina e responsabilidade, a criança leva tais princípios para o resto da vida, tanto na vida pessoal, quanto em sua carreira profissional. Outros aspectos trabalhados através do esporte coletivo são, a liderança e a comunicação. Tais virtudes são necessárias independentemente da profissão que o indivíduo queira seguir na vida. Tirar um aprendizado de uma perda, enfrentar adversidades, bater metas, confiança própria, são fatores extremamente necessários. Vitórias tornam os indivíduos mais confiantes, porém as derrotas os tornam melhores. Dentro do âmbito social, além de passar ensinamentos que os pais não são capazes de transmitir, o esporte também tira pessoas que seriam facilmente movidas para o crime. Ao retirar adolescentes da rua, conseqüentemente, estará reduzindo o número de prostituição infantil, tráfico de entorpecentes, isolamento social, criminalidade, trabalho infantil, entre outros fatores que prejudicam um país de se tornar desenvolvido. Conforme Zaluar (1994), o esporte era reconhecido como um fator de inclusão social, apresentando uma crescente na elaboração e implementação de programas e projetos esportivos destinados a crianças e adolescentes carentes, financiados por instituições governamentais e privadas, agindo em parceria com a educação formal. Da mesma forma Silva (2013) indaga que a obrigatoriedade do esporte no sistema regular de ensino é importante por proporcionar oportunidade para jovens de praticarem esporte. A inserção da atividade física na escola deve ser uma maneira do governo proporcionar acesso ao esporte de forma livre e gratuita, contudo, essa inserção não atende às exigências da Constituição Federal de 1988 que regulamenta o esporte e o lazer como direitos de todos os cidadãos e dever do Estado. Além destes fatos notórios de cunho social, o esporte também incide diretamente sob a saúde e bem estar da população, pois uma comunidade saudável que pratica exercícios regularmente é menos apta a atrair doenças, elevando a expectativa de vida do povo. Portanto, o esporte é capaz de transformar em longo prazo um país subdesenvolvido como o Brasil, em uma nação desenvolvida; com baixo nível de criminalidade, trabalho infantil, prostituição, tráfico, taxa de mortalidade no geral e uma alta expectativa de vida juntamente com profissionais capacitados e um número relativamente alto de pessoas alfabetizadas.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE

Apesar de ser uma expressão bastante conhecida, não existe uma definição ideal e nem única para o que seja política pública. Porém, o fato é que ela vem sendo utilizada nos últimos anos, principalmente no Brasil, onde “vários autores definem, ao seu modo, o termo da política pública, mas todos aplicam um significado semelhante a essa expressão, que basicamente remete-se a um conjunto de ações realizadas pelo Estado, visando ao bem coletivo” (SOUZA, 2006 *apud* OLIVEIRA *et. al.*, 2011). No Brasil, duas foram as ideias que orientaram a intervenção do Estado no setor esportivo nas últimas décadas: o esporte como instrumento de ação política no plano internacional, ou seja, o esporte competitivo; e a ideia de que a prática de esportes é promotora da saúde e de uma melhor qualidade de vida da população, compensando os problemas advindos da vida urbana crescentemente modernizada, em outras palavras, o Estado do bem-estar social (BRACHT; ALMEIDA, 2003 *apud* OLIVEIRA *et.al.*, 2011).

A sociedade atual converteu o esporte em um setor economicamente dinâmico e atrativo. Devido ao crescente interesse da sociedade por atividades esportivas, o mercado do esporte teve um “boom” e desencadeou um impacto econômico que incrementa a compra de espetáculos esportivos, serviços, equipamentos, classes, vestimentas, publicidade, patrocínio entre outros.

“A pluralidade das atividades esportivas desenvolvidas no marco da coletividade social associa o esporte a outros setores da economia. Os recursos privados ou públicos são usados para as construções de parques esportivos, estádios, academias de ginástica, quadras, piscinas, estradas, clubes, hotéis, serviços de bares e restaurantes, alterando de forma significativa o paisagismo urbano, ampliando em diferentes segmentos o mercado de trabalho e criando um novo estilo de vida às populações.” (CAVARRETA, 1996, p. 52)

O esporte se tornou muito importante e expressivo na economia de vários países, causando um impacto cada vez maior nos indicadores econômicos. O mercado esportivo é muito amplo e abrange muitos outros mercados. Além disso, ele pode ser dividido em modalidades e também pela natureza do produto, ou a forma de consumo do mesmo.

A mídia tem papel fundamental da divulgação do esporte e também influencia na sua economia, visto que ela tem poder de controlar as massas pensantes. Culturas são divulgadas e também alteradas por influência da mídia. A realização de atividades esportivas causa, na maioria das vezes, impactos positivos sobre a economia. O dinheiro arrecadado, os empregos gerados, são exemplos destes impactos. Com a realização destas atividades, outros mercados entram em cena, como o mercado do turismo, da divulgação, entre outros. (ROSA, *s.d.*).

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este trabalho buscou realizar um estudo bibliográfico com o objetivo de analisar a história da política esportiva brasileira e compreender sua função dentro da sociedade, além de examinar quais são as principais políticas esportivas implementadas, ou em execução, atualmente. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, sendo exploratória porque busca diagnosticar e compreender a realidade esportiva no país, gerando mais informações que poderão ser utilizadas em futuras pesquisas (OLIVEIRA, 2011), e pode ser definida como descritiva porque busca descrever um fenômeno, aqui definido como a implementação de políticas esportivas no país, e sequencialmente quais são e como funcionam essas políticas. Como Trivinõs (1987, p. 110, *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 22) explica: “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinado assunto e descrever suas características, bem como definir sua ocorrência (OLIVEIRA, 2011).

Quanto à natureza da pesquisa, o estudo é qualitativo-quantitativo porque foram aplicados métodos qualitativos e quantitativos, sendo que foi caracterizado como qualitativo, pois o pesquisador foi um instrumento-chave para a condução da pesquisa, utilizando-se de seus sentidos para analisar, compreender e descrever as políticas públicas, como Flick (2009) diz sobre a pesquisa qualitativa: “visa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de modos diferentes, através da análise de experiências (...), como da investigação de documentos (textos, imagens, filmes ou músicas)”; enquanto a pesquisa também pode ser quantitativa, pelo uso da observação e análise de dados numéricos para compreender uma realidade, ou seja, ela “busca quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para os interessados” (OLIVEIRA, 2011, p. 25) e, para isso, procurou-se apresentar o número de beneficiários de programas sociais esportivos, e quantidade de programas e centros esportivos implementados através de políticas públicas, para discutir e avaliar sobre o impacto dos mesmos no contexto nacional.

É uma pesquisa bibliográfica, também, porque a maioria dos dados é retirada de outras pesquisas publicadas e informações disponibilizadas, via internet, pelo governo. De acordo com Lima (2007), a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, e que isso exige vigilância epistemológica. Quanto à base de dados, foram utilizados dados secundários, que são aqueles que já se encontram disponíveis sejam em sites governamentais e/ou que já foram catalogados e analisados por autores

selecionados em concordância com o tema da política esportiva, em disponibilização nas bibliotecas digitais de universidades e de sites gratuitos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, procurou-se detalhar a trajetória histórica da política pública de esporte no Brasil e, posteriormente, houve a preocupação em delimitar as principais políticas de incentivo ao esporte em execução, para discutir a importância das mesmas no cenário econômico, social e cultural brasileiro através dos resultados alcançados durante a aplicação dessas políticas.

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: O CASO BRASILEIRO

Durante décadas, anteriores ao período da redemocratização, o esporte não foi contemplado com investimentos como política pública, sendo utilizado basicamente para fins eleitorais (ALVES; PIERANTI, 2007), mas acabou ganhando certa relevância durante o período militar, sendo utilizado como ferramenta ideológica para ganhar apoio popular e disciplinar os corpos dos cidadãos (NASCIMENTO, 2018). Foi apenas em 1988, estimulada pela adoção da Carta Internacional de Educação Física e Esporte, desenvolvida e propagada pela UNESCO, que a nova Constituição determinou o esporte como direito social do cidadão (JUNIOR; BORIN; 2017). É o que foi estabelecido pelo artigo 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um (...)” (BRASIL, 1988). Não houve, de imediato, uma solução concreta para as questões esportivas, mas a lei foi o primeiro passo para a legalização do esporte nacional, o que permitiu a estruturação de políticas públicas para sanar as demandas requeridas pela sociedade.

Os primeiros acontecimentos em relação à liberalização do esporte ocorreram nos anos iniciais do Governo Collor, com a criação da Secretaria dos Desportos da Presidência da República e no governo Itamar Franco, que assinou a Lei Zico para regularizar os tipos de esportes formal e informal. A regulamentação do direito ao esporte, porém, aconteceu apenas em 1998, com a promulgação da lei 9.615, conhecida como a Lei Pelé, que instituiu as normas para a condução do esporte no país.

Esse período de pós-constitucionalização foi marcado pelo embate de dois grupos: um favorável aos esportes de alto rendimento (EAR) e do outro, os esportes participativo e educacional, mas em seu primeiro mandato, FHC procurou contemplar as três modalidades, através da instituição dos seguintes programas: “Estudo e Fomento às Atividades Desportivas com Identidade Cultural”; “Fomento e Desenvolvimento do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência” e no campo do esporte educacional, o programa “Desporto nas escolas e

comunidades”. Embora, tornou-se padrão, que os investimentos fossem maiores aos programas de EAR, como os programas: “Desenvolvimento e Melhoria da Qualificação da Prática Esportiva”; “Fomento ao Desporto de Rendimento”; “Assistência ao Atleta Profissional e em Formação”; “Fomento ao Desporto dos Estados e Distrito Federal” (GUIMARÃES, 2017). No segundo mandato de FHC, através do primeiro Plano Plurianual, o esporte foi apresentado em duas perspectivas: a do alto rendimento e como combate à marginalização. Os programas estabelecidos pelo Ministério do Esporte e Turismo foram: “Brasil Potência Esportiva”, “Esporte Direito de Todos” e “Esporte Solidário”. O Esporte Direito de Todos foi encerrado em 2002, e suas atividades foram reintegradas aos programas “Esporte na Escola” e “Esporte Solidário”. Foi constatado, que nessa época, os maiores recursos iam para os programas de esporte de alto rendimento, contrastando o que era proposto pela Constituição e precarizando as políticas públicas de esporte como lazer e educação. Pouco foi feito para o esporte nas escolas e alocação irregular era acompanhada da ineficiência da administração pública (GUIMARÃES, 2017, p.41). É no Governo Lula, que as políticas públicas ganham mais espaço devido à uma gestão mais estatal, com pautas majoritariamente sociais.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Ministério do Esporte foi criado, com o objetivo de criar e implementar políticas públicas de esporte e lazer, que fossem mais inclusivas aos cidadãos. Surgiam os programas: Bolsa Atleta, Descoberta do Talento Esportivo, Jogos da Juventude, Olimpíadas Escolares, Olimpíadas Universitárias; Rede Cenesp; Segundo Tempo; Projetos Esportivos Sociais; Esporte e Lazer da Cidade, Jogos dos Povos Indígenas, Rede Cedes e Cedime (GUIMARÃES, 2017). O EAR passou a ser financiado pelo setor privado, após edição da Lei de Incentivo ao Esporte, e os megaeventos esportivos começaram a receber tratamento privilegiado, devido ao foco em sediar os jogos Pan e Parapan-americanos de 2007, com o Plano Decenal de Esporte e Lazer, elaborado pela 2ª Conferência Nacional do Esporte. Nessa época, as CNEs (Conferências Nacionais do Esporte) tinham papel fundamental na articulação das políticas públicas governamentais. No decorrer do mandato de Lula, porém, ocorreu a redução de programas, limitando-se aos seguintes: Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, Esporte e Lazer da Cidade, Inclusão Social pelo Esporte e Segundo Tempo.

Em seu segundo mandato, houveram mais mudanças na política de esportes do país, devido à Copa do Mundo de Futebol, fazendo com o que o ME concentrasse suas ações em políticas de megaeventos e de alto rendimento numa forma de preparar o país para o mundial. Segundo Almeida (2003) *apud* Guimarães (2017, p. 50):

O governo Lula foi marcado pelo assistencialismo explícito, pelo incentivo à espetacularização dos esportes de rendimento e pela organização de megaeventos em série para o Brasil. As políticas sociais relacionadas com o lazer sofreram retração. Os programas de esportes, predominantemente, eram voltados para a descoberta de talentos esportivos.

Como há de se perceber, apesar do aumento das políticas sociais, o governo Lula manteve a tradição do governo anterior de ampliar a política de esportes de alto rendimento. Inclusive, houve aumento de políticas nessa linha, para garantir a preparação de atletas e descoberta de novos talentos no esporte. O governo Dilma manteria o raciocínio, como continuidade ao governo Lula. Nos anos seguintes, as políticas de megaeventos esportivos continuariam recebendo os maiores investimentos devido aos Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, levando à criação do Plano Brasil Medalhas, para transformar o país numa potência esportiva. Apesar da concentração de políticas de EAR, houve destaque para o Programa Segundo Tempo, cujas ações ampliaram seu alcance social, com o objetivo de assegurar o esporte como direito de lazer e educação.

Mesmo com todo um projeto político e econômico envolvendo as políticas esportivas, as mesmas começaram a perder força na transição do governo Dilma-Temer, e seguiram com a extinção do Ministério do Esporte e sua integração ao Ministério da Cidadania, como a Secretaria Especial do Esporte durante o Governo Bolsonaro, o que reduziu os trabalhos do ministério e diminuiu os serviços prestados no âmbito esportivo. Apesar de pouco ter sido feito nesses dois últimos anos, há a manutenção de programas, como o Segundo Tempo; Esporte e Lazer da Cidade; Bolsa Atleta; Seleções do Futuro e a Lei de Incentivo ao Esporte (MATIAS, 2021), que serão explicados na próxima seção.

4.2. BALANÇO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS DO BRASIL ATUAL:

Nesta seção, buscou-se analisar as principais políticas públicas que, atualmente, são mantidas pelo governo Bolsonaro, sendo suas criações datadas de governos anteriores, e pesquisou-se sobre o que são; como funcionam; a importância delas no cenário esportivo, além de resultados obtidos durante a vigência de cada programa.

4.2.1. Lei de Incentivo ao Esporte

A lei nº 11.438/2006, cuja proposta nasceu da I Conferência Nacional de Esporte durante o governo Lula (três anos após a criação do Ministério do Esporte), é uma lei nacional que permite às empresas e pessoas físicas, investirem parte do pagamento que seria efetuado ao

imposto de renda, em projetos esportivos aprovados pela Secretaria Especial do Esporte. A pessoa física poderá deduzir até 6% do IR, enquanto as pessoas jurídicas podem deduzir 1% do imposto de renda devido (FIDELIS; ANTONECHEN, 2016) e transformá-los em doação ou patrocínio. É por meio dessas doações e patrocínios, que projetos executados via Lei de Incentivo ao Esporte são mantidos e buscam atender crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em todo território brasileiro, além de garantir o suporte necessário para que aos atletas de alto rendimento possam participar e representar o Brasil em competições nacionais e internacionais (BRASIL, 2019). Portanto, a lei de incentivo busca democratizar o acesso ao esporte no país, mantendo vários programas de política pública esportiva em funcionamento, o que estimula a atividade física em diversas localidades brasileiras de forma gratuita.

Entre 2007 e 2016, a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) atendeu 2.178 projetos apenas na modalidade Rendimento; 906 na categoria educacional, e 705 em Participação. Em 2020, foram apresentados 1.421 projetos, sendo 616 educacionais; 288 de participação e 517 de Rendimento (BRASIL, 2021), trazendo o futsal, voleibol e atletismo, como as três principais modalidades mais apresentadas na LIE. Apesar de uma quantidade substancial de projetos por ano, era perceptível a rigorosidade para cadastramento de novos projetos, o que dificultava o acesso aos demais treinadores, que buscavam colocar seu projeto em disponibilidade para receber os recursos oriundos dessa Lei (FIDELIS; ANTONECHEN, 2016), mas com o aumento da digitalização de serviços governamentais, houve mudanças na condução dos processos, incluindo a fase de análise e avaliação, o que tem agilizado a aprovação de projetos e facilitado o monitoramento destes, nos últimos anos, em diversas partes do país, demonstrando a ampliação da LIE, e como ela se tornou um importante instrumento de inclusão social, facilitando às pessoas mais carentes, o acesso ao esporte em regiões, onde há projetos que recebam recursos aportados, através dessa Lei.

4.2.2. Programa Bolsa Atleta

O Bolsa Atleta é um programa de auxílio financeiro, criado em 2005, sendo considerado “um dos maiores programas de patrocínio individual de atletas do mundo” (BRASIL, 2019), para incentivar a prática de esporte e competições de alto rendimento, dando condições mínimas a atletas, que não possuam condições de manter sua formação e treinos. Os beneficiários, portanto, são atletas de alto rendimento, jovens e adultos, que tenham obtido bons resultados em competições nacionais e internacionais dentro de sua modalidade. Eles podem escolher entre 6 categorias: atleta de base; estudantil; nacional; internacional; olímpico/paralímpico e pódio; e devem estar atentos aos pré-requisitos de cada uma. O programa possui um investimento anual de 97, 6 milhões e já atende 7.197 atletas, que estão divididos,

principalmente, entre profissionais de atletismo; nadadores; lutadores de *taekwondo*; e jogadores de handebol e basquete (BRASIL, 2021). Na categoria que recebe o maior valor em bolsa, a categoria pódio, já foram contemplados 578 atletas, com 1.781 bolsas desde 2013, num investimento de aproximadamente R\$ 240 milhões (Ibidem, 2021).

A Bolsa Atleta se tornou uma política pública bastante importante por assegurar que o atleta continue a exercer a prática esportiva, representando o país, sem se preocupar com custos financeiros. É um instrumento que garante a isonomia entre atletas que possuam patrocinador e aqueles que não conseguem patrocínio para continuar a treinar, mas têm as mesmas chances de disputar eventos esportivos e conseguir medalhas por suas habilidades excepcionais. Atualmente, apesar de sofrer com atrasos nos repasses aos beneficiários, a Bolsa Atleta ainda é uma importante política de EAR, presente no cenário esportivo brasileiro, que garante a formação de novos atletas. A seguir, é apresentado no gráfico I, uma demonstração da evolução da quantidade total de beneficiários, desde 2005 a 2020/21, do programa.

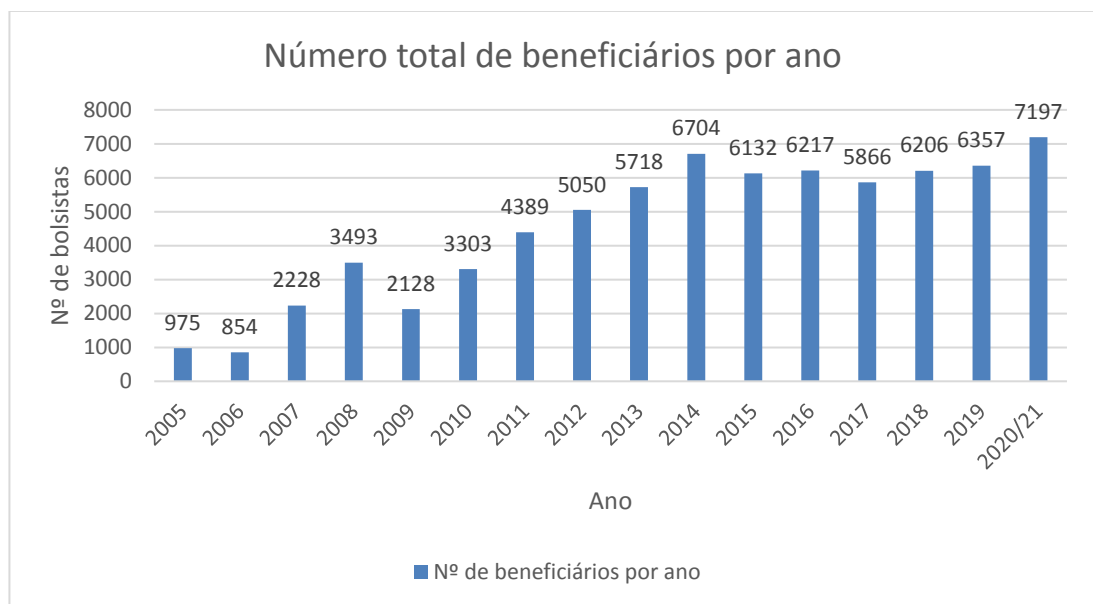


GRÁFICO I

FONTE: DA AUTORA, BASEADA EM BRASIL, 2021

Nota-se, pela representação, que não há um padrão regular de crescimento do quadro de beneficiados nesses 16 anos do Bolsa Atleta, mas o programa segue sua ampliação nos últimos anos, contemplando mais de 7 mil atletas e contribuindo para a formação de competidores em jogos esportivos de alcance nacional e mundial.

4.2.3. Programa Segundo Tempo

Criado pelo ME em 2003, o Programa Segundo Tempo busca democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como cidadãos e melhorando a sua qualidade de vida (em relação à saúde física e mental), principalmente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e que estejam regularmente matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2021). O objetivo é o de integrar o jovem à sociedade através do esporte e de atividades extraescolares, oferecendo aos beneficiados a prática de, no mínimo, três modalidades esportivas, com frequência mínima de três vezes por semana, com duas horas de duração. Como reforça Guimarães (2017, p. 144):

Nesse período, além das atividades esportivas, são realizadas atividades complementares, como reforço escolar e atividades culturais, além de um reforço alimentar, necessário em função da carência do público atendido e por conta de a realização das atividades acontecerem depois do turno escolar.

A política pública estabelecida dentro do programa, remete a ações que estimulam a atividade física entre crianças e adolescentes da rede de ensino pública. Como é estabelecido pela Secretaria Especial de Esporte:

O Programa Segundo Tempo atende jovens com idades entre 6 a 17 anos, prioritariamente de áreas de vulnerabilidade social e matriculadas na rede pública de ensino. A iniciativa oferece práticas esportivas orientadas por profissionais qualificados e material didático adequado. Cada beneficiado pode praticar até duas modalidades coletivas e uma individual no contraturno escolar, num total de até 6h por semana. Para a realização das atividades, são firmadas parcerias com governos estaduais e municipais por meio de editais e emendas parlamentares. São atendidos entre 70 a 100 alunos por núcleo, numa média de 35 alunos por 20 turma. (BRASIL, 2019).

O programa, em si, foi o carro chefe do Ministério do Esporte antes da política de megaeventos influenciar o cenário esportivo, e apesar de ser considerado estratégico no Governo Lula, foi alvo de sucessivos escândalos envolvendo desvios de recursos (GUIMARÃES, 2017). Ao longo dos anos, após passar por uma reestruturação, o programa tem sido uma importante ferramenta para o acesso ao esporte a crianças e adolescentes, afastando-as de riscos sociais. Atualmente, são mais de 52 mil jovens beneficiados, 512 núcleos em 184 municípios, e um investimento anual de R\$ 42 milhões (BRASIL, 2021).

4.2.4. Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)

O Programa Esporte e Lazer da Cidade estabelece e promove a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e pessoas com deficiência (BRASIL, 2021). Ele é executado a partir da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer em áreas de vulnerabilidade social, independente da localidade ser urbana, rural ou indígena. São nos núcleos, que as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e realizadas. Entre 2013 e 2015, 81,6% dos convênios firmados pelo Ministério do Esporte eram do programa PELC, mas como explicam Soares e Guadanini (2018, p. 283): “Em um contexto de ajuste fiscal, os dados apontam um quadro bastante irregular de conveniamento, o que foi exacerbado pelo ano de 2016, quando não houve qualquer convênio firmado.” Atualmente, são 52 parcerias vigentes, divididas entre as regiões Centro-Oeste; Nordeste; Norte; Sudeste e Sul (BRASIL, 2019), mas como pode se perceber pelo material bibliográfico pesquisado, ainda existe um desafio para democratizar o acesso ao esporte recreativo, que deveria alcançar, de maneira igualitária, todas as regiões brasileiras, inclusive municípios menores (SOARES; GUADANINI, 2018).

4.2.5. Programa Seleções do Futuro

O Programa Seleções do Futuro tem como objetivos: o de incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva em futebol para crianças e adolescentes de 6 aos 17 anos de idade (BRASIL, 2020). Através dessa política pública, busca-se assegurar o direito social ao esporte, por meio da criação de núcleos de futebol de base, masculino e feminino, em todo o país, além de promover a prática esportiva em 2 vezes por semana, com no mínimo de 90 minutos diários, e fornecimento de equipamentos necessários para a prática física. Dessa forma, o programa cria condições e oportunidades para a execução do futebol, desenvolvendo atividades desportivas, que contribuam para a formação e qualidade de vida dos jovens, em alinhamento com o que é descrito na Lei Pelé em seu Art. 3º § 4, que fala sobre as manifestações do desporto:

desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição. (BRASIL, 1998).

Atualmente, há convênios vigentes em 30 municípios, onde são atendidos 6.800 jovens e são empenhados, anualmente, R\$ 6.420.381,55 do orçamento da Secretaria Especial do Esporte (BRASIL, 2020).

5. CONCLUSÃO

A transparência da gestão das políticas públicas esportivas tem sofrido discontinuidades ao longo dos governos brasileiros, o que dificultou uma análise comparativa sobre o desempenho dessas políticas ano após ano (constituindo-se como um desafio para o desenvolvimento desta pesquisa), mas em reflexão sobre a historicidade e evolução do desportismo no Brasil na era da redemocratização, pode-se concluir que as políticas esportivas são recentes e se encontravam num segundo plano de ação dos primeiros governos, sendo apenas utilizada para fins eleitorais. É durante o governo de FHC, que houve certo interesse em promover um projeto de política esportiva, mas como aconteceu nos governos seguintes, a preocupação maior era com a formação de atletas para transformar o país numa potência esportiva com grandes chances de ganhar eventos esportivos mundiais. O esporte de alto rendimento tornou-se a bandeira da política esportiva, deixando de lado o esporte recreativo e educacional, garantidores do direito social ao esporte proposto pela Constituição. Nos últimos governos, de Temer a Bolsonaro, percebeu-se um sucateamento das ações esportivas, com a extinção do Ministério do Esporte e diminuição de recursos, e novamente o Esporte se encontra em segundo plano, onde é mantido o que já foi feito pelos governos anteriores e não há preocupação em desenvolver um novo projeto de política esportiva que seja mais inclusivo e abrangente em relação às três áreas: alto rendimento; lazer e educação. Em relação ao desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se analisar o impacto da política esportiva no país, de forma que os resultados encontrados, estimulem outros trabalhos sobre o tema, explorando a configuração mais recente do esporte e incentive os pesquisadores a dissertarem sobre alternativas para o desenvolvimento de políticas esportivas mais abrangentes e eficazes, que não se enquadrem apenas no esporte de alto rendimento. Dessa forma, busca-se criar um espaço de discussão que possa despertar o poder público sobre o descaso com o esporte educacional e recreativo no Brasil, fazendo com que os políticos percebam o problema e elaborem novas políticas esportivas dentro da agenda pública.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Antônio Barros; PIERANTI, Octavio Penna. **O estado e a formulação de uma política nacional do esporte no Brasil**. *RAE*-eletrônica, v. 6, n. 1, art. 1, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/bswLZ9wGMF7sFJJ64tHDyNg/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. de 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Ações e Programas**. Brasília, 2019-2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Lei de Incentivo ao Esporte**. Brasília, 2019-2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Bolsa Atleta**. Brasília, 2019-2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-atleta>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Segundo Tempo**. Brasília, 2019-2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/segundo-tempo>. Acesso em: 10 set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília, 2019-2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/pelc>. Acesso em: 10 set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Seleções do Futuro**. Brasília, 2019-2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/selecoes-do-futuro>. Acesso em: 10 set. de 2021.

CAVARRETA, Elio. **As relações econômicas do esporte com as mudanças sociais e culturais**. Movimento, Porto Alegre, ano III, n. 4, p. 52-55. Porto Alegre, 1996. <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/2208/927>. Acesso em: 10 set. 2021.

FIDELIS, Bruno Marques; ANTONECHEN, Layla Mariana Maiante Pinto. **Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte e sua importância no cenário nacional**. In: CONCCEPAR: Congresso Científico da Região Centro, 7., Campo Mourão, Anais... Campo Mourão, PR: Centro Universitário Integrado de Campo Mourão, 2016. Disponível em: <https://concepar.grupointegrado.br/resumo/lei-de-incentivo-fiscal-ao-esporte-e-sua-importancia-no-cenario-nacional/480/858>. Acesso em: 10 out. 2021.

FLICK, Uwe. Desenho da Pesquisa Qualitativa. Artmed, 2009. Disponível em: <https://renasf.fiocruz.br/sites/renasf.fiocruz.br/files/artigos/flick%20-%20desenho%20de%20pesquisa%20quali.pdf>. Acesso em: 25 nov. de 2021.

GUIMARÃES, Adriana Aparecida. **Políticas públicas no âmbito do Ministério do Esporte e os planos plurianuais dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff: com o orçamento quem ganha o quê, quando e como?** 2017, 204f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/preview/2340/1/Adriana%20Aparecida%20Guimar%c3%a3es.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

JUNIOR, Adriano José Rossetto; BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Políticas Públicas de Esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos**. Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE), São Paulo, vol. 2, nº 2, p. 154-172, nov./2017. Disponível em:

<http://revistagestaodoesporte.com.br/mod/resource/view.php?id=104>. Acesso em: 10 out. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MATIAS, Wagner Barbosa. **A necropolítica esportiva do governo Bolsonaro**. Motrivivência, Universidade Federal de Santa Catarina, v.33, n.64, p. 01-19, 2021. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/80435/46717>. Acesso em: 12 out. 2021.

NASCIMENTO, Fabiana Ortiz do. **Política de Esportes durante a Ditadura Militar: Educação Física, Moral e Cívica**. In: Encontro de História da Anpuh-Rio, 17., 2018, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Histórias e Parcerias, 2018, *on-line*. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529339330_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf. Acesso em: 25 nov. de 2021.

OLIVEIRA, Pedro Ferreira Alves, *et. al.* A importância do Esporte como política pública no Brasil. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 16, nº 162, 2011. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd162/esporte-como-politica-publica-no-brasil.htm>. Acesso em: 10 set. de 2021.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Universidade Federal de Goiás, 2011, Goiás. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf. Acesso em: 25 nov. de 2021.

ROSA, Jean Lucas. O impacto do Esporte na Economia. Monografias, s.d. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/docs/O-IMPACTO-DO-ESPORTE-NA-ECONOMIA-PKGWBKRXH5>. Acesso em: 10 set. de 2021.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, JLP, and JA de M. PONTES. "A Importância do esporte para o desenvolvimento social: uma análise do incentivo de programas federais." *Anais VI Jornada Internacional de Políticas Públicas* (2013).

SOARES, Márcia Miranda; GUADANINI, Aline Souza. **Resultados de Monitoramento e Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Licere, UFMG, Belo Horizonte, v. 21, n.4, dez/2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1946/1298>. Acesso em: 12 out. 2021.

SOUZA, C. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, ano 8, p. 20-45, jul/dez, 2006.

ZALUAR, A. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*. Rio de Janeiro: Escuta, 1994. Cidade Universitária.